

Sumário

Introdução	1
-------------------------	----------

Parte I

A Inserção da Justiça de Transição e dos Povos Indígenas no Âmbito do Direito Internacional

Capítulo 1. De Objeto para Sujeitos de Direitos.....	9
---	----------

1.1. Os povos indígenas e contornos jurídicos antes da declaração universal dos direitos humanos de 1948: o processo de reconhecimento	9
1.2. A autodeterminação dos povos e a consolidação do direito internacional dos povos indígenas.....	17
1.3 Estrutura normativa internacional de proteção do direito dos povos indígenas.....	19
1.3.1 Instrumentos Interamericanos de Proteção dos Direitos Humanos.....	20
1.3.1.1 Declaração Americana dos Direitos e Deveres do Homem	23
1.3.1.2 Convenção Americana de Direitos Humanos.....	27
1.3.1.3 Declaração Americana sobre os Direitos dos Povos Indígenas....	30
1.3.2 Instrumentos no âmbito da Organização das Nações Unidas ...	31
1.3.2.1 Declaração Universal de Direitos Humanos	32
1.3.2.2 Pacto Internacional dos Direitos Civis e Políticos – PIDCP e Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais – PDESC	34

1.3.2.3 Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas	36
1.3.3 O Papel da Organização Internacional do Trabalho na proteção normativa aos Povos Indígenas	37
Capítulo 2. Conceitos e Elementos do Processo Transicional	41
2.1. O que é “transição”? E o que é “justiça”?	41
2.1.1 – Características da Justiça de Transição e o processo diferenciado de responsabilização	47
2.2. A (re)construção da memória e verdade	50
2.2.1 – O direito à verdade como instrumento de justiça de transição e memória	51
2.2.2 – Comissões Nacionais da Verdade (e Reconciliação)	57
2.3. Responsabilização e reformas das instituições internas	63
2.3.1 – As leis de anistia e o dever de responsabilização	64
2.4. Medidas de reparação e reconciliação: entre o individual e o coletivo em busca da não-repetição	78
2.4.1 – As garantias de não-repetição (não-recorrência) como finalidade última da justiça transicional	83
2.5 Memorialização: um quinto elemento da justiça de transição?	87

Parte II **Povos Indígenas e Regimes Autoritários** **Latino-Americanos**

Capítulo 3. A Repressão dos Povos Indígenas na América do Sul no Séc. XX	95
3.1. A perspectiva territorial e os povos indígenas latino-americanos	95

3.1.1 O Direito à Propriedade Comunal na Convenção Americana de Direitos Humanos e na Convenção n. 169 da Organização Internacional do Trabalho.....	96
3.1.2 Relação comunal do território: Coletividade da propriedade ...	101
3.1.3 Obrigações dos Estados frente aos parâmetros internacionais de proteção.....	103
3.1.4 O Território como “Fonte De Vida” dos Povos Indígenas	106
3.2 Violações dos direitos dos povos indígenas pelas ditaduras da Argentina (1976-1983) e Chile (1973-1990)	114
3.2.1 O Povo Indígena Mapuche no Pré-autoritarismo Militar	118
3.2.2 A institucionalização da Repressão Militar contra o Povo Mapuche.....	121
3.2.3. O Povo Mapuche durante a transição democrática no Chile ..	125
3.3. Os massacres de povos indígenas no Brasil e a ditadura brasileira (1964-1985).....	129
3.3.1 – Povos Indígenas no Brasil e regimes de memória repressivos.....	130
3.3.2 – Tribunal Bertrand Russell e as Violações dos Direitos dos Povos Indígenas na América Latina	134
3.3.3 – Genocídio Waimiri-Atroari (Kinja): direito à verdade.....	140
Capítulo 4. Perspectivas de Reparação e Responsabilização	155
4.1. Mecanismos indígenas de justiça de transição e perspectivas de reparação: a busca pela não repetição	155
4.2 As comissões nacionais da verdade e os povos indígenas: o caso brasileiro	158
4.3 Povos indígenas e medidas de reparação: o pluralismo e o constitucionalismo latino-americano	165

4.3.1 – A justiça de transição e os povos indígenas no Peru e Guatemala.....	166
4.3.1 – Por uma reparação transicional aos povos indígenas: o constitucionalismo latino-americano e a interpretação intercultural.....	170
Conclusão	181
Referências.....	189
Anexo.....	209